

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

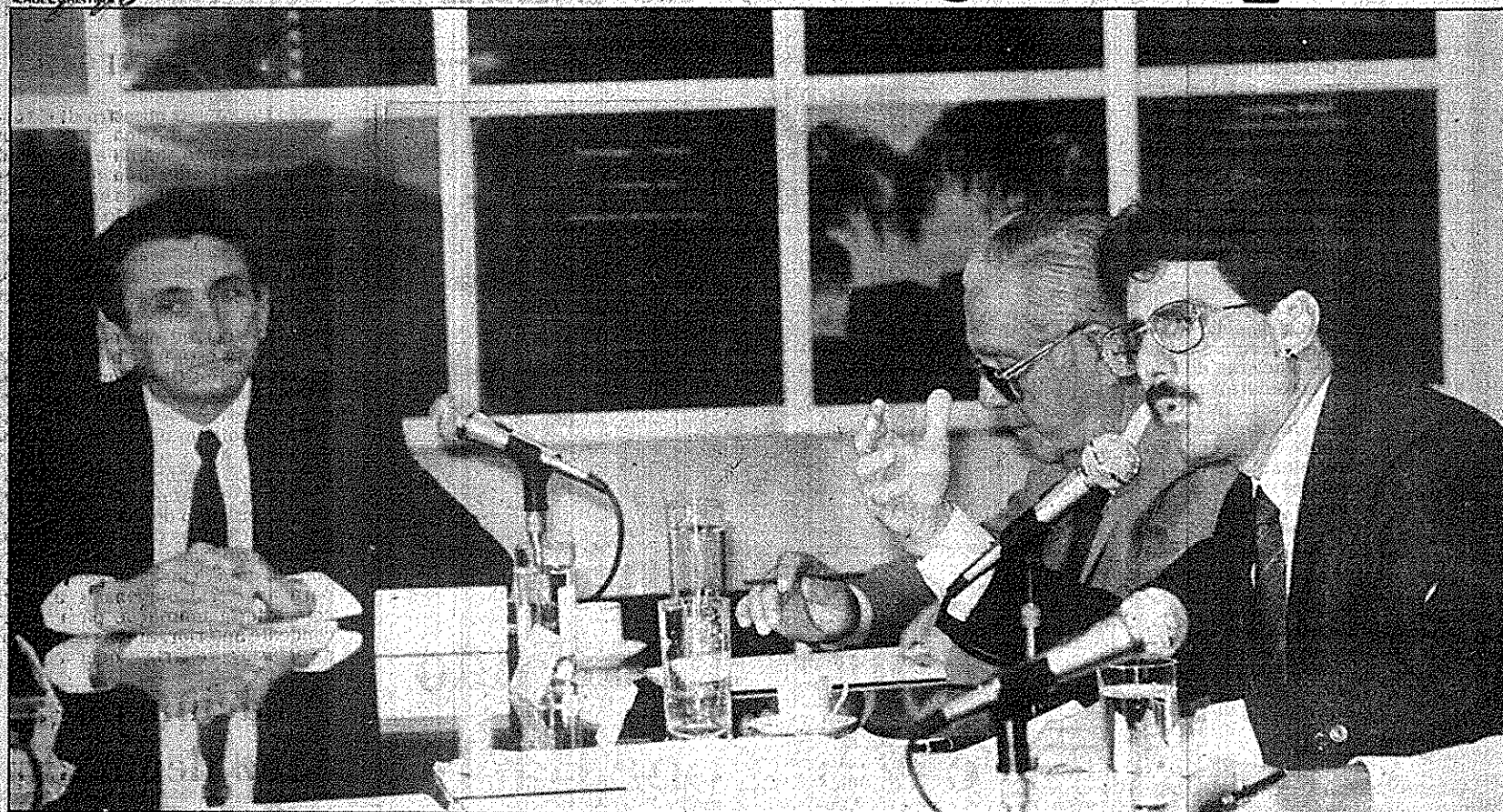
Fonte: *Povo Brasileiro*

Class.: 1188

Data: 19/07/89

Pg.: _____

Governo mantém garimpo em área indígena



Jucá (D) defendeu a organização da exploração mineral em Roraima em reunião presidida pelo ministro Vicente Fialho (E), das Minas e Energia.

A retirada dos garimpeiros das terras dos índios Yanomami está definitivamente descartada pelo governo, que decidiu encaminhar com urgência ao Congresso um pedido de autorização para exploração de minério em Roraima. Inclui-se em áreas indígenas. Essa posição só será alterada se a Justiça, através da ação civil pública movida pela Procuradoria Geral da República, determinar o fechamento das pistas de pouso que, hoje, servem aos garimpos.

Essa foi a conclusão de uma reunião realizada ontem no gabinete do ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, acompanhada de perto por representantes de entidades de garimpeiros de Roraima, que trouxeram três índios Yanomami "que não falam português, exatamente para mostrar que não os manipulamos, como nos acusam", segundo afirmou o empresário José Altino Machado. Alheios ao que acontecia, os índios José, Tomas e Macuxi, apenas assistiram a movimentação e balbucaram algumas palavras em português como "amigo", "garimpeiro", "ouro", "avião" e "trabalhar".

GRUPO DE TRABALHO

Um grupo de trabalho constituído por representantes do Ministério das Minas e Energia, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), da Secretaria de Defe-

sa Nacional da Presidência República (Saden) e do Governo de Roraima, vai apresentar, até a próxima terça-feira uma proposta de solução legal para a atividade garimpeira em áreas indígenas e em florestas nacionais do estado de Roraima.

O grupo de trabalho foi constituído pelo ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, durante reunião com representantes desses órgãos, realizada ontem para analisar uma proposta do governador de Roraima, Romero Jucá Filho, no sentido de ordenar a atividade garimpeira em áreas indígenas e em florestas nacionais daquele estado. O governador informou que pelo menos 40 mil garimpeiros atuam permanentemente naquele estado, mas que a falta dessa ordenação vem causando danos ao meio ambiente, além de possibilitar a evasão de grande parte do ouro produzido.

Tendo em vista as restrições legais — a Constituição, estabelece que a atividade mineral em área indígena só pode ser feita com a autorização do Congresso Nacional — o grupo de trabalho vai elaborar a minuta de uma proposta de Governo para ser discutida no Congresso Nacional, de forma a compatibilizar a atividade dos garimpeiros em terras indígenas, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. O ministro Vicente Fialho entende que a implantação desse novo modelo de exploração mineral que será aprovado pelo Congresso Nacional poderá servir para aplicação em outras áreas da região amazônica.

Pistas não serão fechadas

O ministro Vicente Fialho informou ao governador Romero Jucá que vai solicitar ao Ministério da Justiça que suspenda a execução da ação do Ministério Público em que solicita a interdição das pistas de pouso localizadas em áreas de garimpo. A suspensão vai durar até que o grupo de trabalho constituído ontem conclua seus estudos, pois, segundo o ministro, o que se pretende evitar é a criação de "caos social econômico em Roraima".

Após o encontro, o governador, em entrevista coletiva, elogiou a atitude do ministro das Minas e Energia pelo seu empenho em resolver "o grave problema do garimpo" no Estado.

Depois, em reunião com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, o governador reafirmou sua oposição à proposta de adoção de "medidas de força" para interditar os garimpos clandestinos. O encontro com o general Leônidas teve por objetivo tratar da instalação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva e informar ao ministro do Exército sobre a posição de seu governo em re-

lação ao problema dos garimpos.

Para Romero Jucá, o fechamento dos garimpos do Estado representa sérios prejuízos a Roraima, por ser uma atividade na qual depende grande massa de garimpeiros da região e de outros estados. Ele condena a intromissão de grupos alienígenas no caso das atividades garimpeiras da região, destacando o Conselho Indigenista Missionário, além de outras entidades de defesa ambiental. Esse é o terceiro encontro do governador de Roraima, este ano, com o ministro do Exército, para tratar de problemas relacionados à segurança da área.

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva, criada dentro do projeto FT-90 (Força Terrestre 1990), será ativada a 16 de janeiro do próximo ano, com sede em Boa Vista, capital de Roraima. O terreno será doado pelo Estado e sua subordinação ficará na esfera administrativa do Comando Militar da Amazônia. Além de um Batalhão de Engenharia, a nova incorporação abrange unidades de Infantaria de Selva, um batalhão logístico e unidade de administração.